

Local: Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 30 de junho de 2014 -----

Abertura da reunião: Dez horas quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Maria do Carmo Sousa Ferreira e Ricardo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, desempenhado, respetivamente, as funções de primeiro e segundo secretários. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **presidente da assembleia municipal**, fez saber que: -----

Na reunião da presente sessão, o presidente da junta de freguesia da União de Freguesias de São Romão e Santiago fez-se representar por Rui Estevão e Jorge Rodrigues por Paulo Mendonça, membros eleitos pelo CDS-PP. -----

As faltas de Maria dos Prazeres Mendonça, Paulo Vieira e Rui Fernandes, à única reunião da sessão realizada em 29 de abril de 2014 foram consideradas justificadas. -----

Parabenizou a câmara municipal pelo trabalho que tem desenvolvido, nomeadamente quanto à promoção do património (objeto de importantes menções nos meios de comunicação social) e da música, através da banda, nascida da parceria entre o município de Armamar e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, composta por mais de 50 elementos. -----

Felicitou os presidentes de junta de freguesia pelo contributo dado a favor das marchas que fizeram parte do programa das festas em honra de São João, cuja qualidade das realizações tem melhorado de ano para ano. -----

Os agricultores têm reclamado a melhoria das "acessibilidades secundárias", para facilitar a colheita de uvas e maçãs. -----

Tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----

O **presidente da câmara municipal**, dirigindo-se a Manuel Paiva, comentou o sucedido na Assembleia da República a propósito da discussão sobre o novo mapa judiciário, dando-lhe razão. "Não houve discussão do diploma", mas troca de acusações entre os partidos do Governo e o principal partido da oposição. "A postura dos deputados da maioria, nesta matéria, envergonha-nos" e mesmo a "tentativa de alguns deles emendarem aquilo que foi o seu sentido de voto com algumas declarações de voto não faz sentido algum", rematou. -----

Seguidamente, mencionou as comemorações dos 500 anos da atribuição da carta de

foral pelo Rei Dom Manuel I, a Armamar, "grande evento", para agradecer o trabalho de todas as pessoas e entidades envolvidas na organização. -----

Considerou "momento alto da cultura do concelho" a apresentação da banda de música e deu os parabéns aos respetivos membros pelo que conseguiram fazer em 3 meses de existência, facto que é motivo de "orgulho", afirmou. -----

Quanto à festa em honra de São João, associou-se ao elogio feito pelo presidente da assembleia municipal e estendeu-o à "representação dos seus padroeiros na procissão". -

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Paulo Proença começou por enaltecer a criação da banda de música e o investimento em atividades culturais. Depois, perguntou se há intenção de criar praia fluvial, zona de pesca desportiva ou zona de recreio, na barragem de Lumiares (dando como exemplo a praia fluvial do Azibo, em Macedo de Cavaleiros, para ilustrar a sua pretensão). -----

Quis saber o "porquê de as piscinas municipais cobertas fecharem durante tanto tempo", cuja falta de continuidade dos serviços provoca redução do número de inscrições, dado não só estar em causa o lazer, mas também a componente terapêutica. Reforçou a proposta de criação de praia fluvial na barragem de Lumiares, com a sugestão de lhe serem afetados parte dos monitores que ficam livres com o encerramento das piscinas municipais cobertas. -----

Paulo Mendonça deu início à intervenção com o registo da sua vontade de doar à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar todos os valores que receber pela sua participação nas sessões das assembleias municipais, destinados "à prossecução do interesse das populações". -----

Interpelou a câmara municipal, nos seguintes termos: -----

"Tendo em conta, em primeiro lugar, que as estatísticas relevantes ao nível das tendências sociodemográficas e socioeconómicas, ao contrário do que foi referido por um membro desta assembleia municipal e que está patente na ata da última sessão, apresentam resultados muito inferiores à média do Distrito de Viseu e da Sub-Região Douro, existindo alguns sinais preocupantes no que diz respeito à evolução da população, dos elevados índices de envelhecimento e do poder de compra das populações, nos esclarecesse, de forma muito concreta e objetiva, da estratégia de Médio e Longo prazo que tem para: -----

- Aumentar a atratividade do concelho, nas suas várias vertentes; -----

- Aumentar a capacidade das empresas e dos agentes económicos em criarem mais valor e mais emprego; -----
- Aumentar o investimento empresarial no concelho; -----
- Dinamizar o Marketing Territorial, melhorando a perceção que os outros têm do concelho de Armamar; -----
- Aproveitar os investimentos estruturantes para o concelho de Armamar, tendo em conta o novo Quadro Comunitário I4-20; -----

Sabendo que a situação económico-financeira do Município de Armamar é bastante delicada, como vai alocar, nesta altura, recursos financeiros suficientes para executar a estratégia necessária para o desenvolvimento do concelho, conseguindo, ao mesmo tempo, cumprir com os compromissos assumidos. -----

Gostaria que fosse tão claro e objetivo quanto possível, sendo que passar a imagem que a estratégia está a ser definida ou que ainda não é o momento de a revelar, tem obviamente as seguintes conclusões: -----

1. Se a estratégia está a ser definida, o executivo da Câmara, que já tem bastante experiência e conhecimento da realidade do concelho, está a perder imenso tempo a definir algo que deveria ter sido prioritário desde o primeiro momento; -----
2. Se a estratégia ainda não pode ser revelada, vamos ficar todos com a sensação que é uma desculpa para quem não sabe o que dizer sobre as questões levantadas." -----

O presidente da câmara municipal, fez saber que: -----

Foram estabelecidos contactos com Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, proprietária da barragem de Lumiares, destinados a permitir aí o desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer e ao turismo. No entanto, será sempre necessário articular esses projetos com os critérios inerentes à área de proteção do equipamento. -----

As piscinas municipais cobertas estão encerradas exatamente durante o período de funcionamento das piscinas municipais descobertas. Corresponde-lhe o período do ano que coincide com a maior procura pela natação ao ar livre, ficando insustentável (em termos económicos e financeiros) ter ambos os equipamentos a funcionar, porque os utilizadores devido a indicação terapêutica são bastante menos numerosos e seria necessário substituir todos os técnicos (cuja maior parte goza férias nessa altura). -----

O plano estratégico para o município de Armamar é revelado quando for oportuno e de acordo com a vontade da câmara municipal. Isso já é sabido pelo vereador do CDS-PP, como sabe também que a CIM Douro está com a equipa do Dr.º Augusto Mateus a

elaborar plano estratégico integrado para o Douro, cujos resultados comportarão orientações para a região e para Armamar. -----

Jorge Rodrigues, sobre o défice de médicos no Centro de Saúde de Armamar, perguntou pelos desenvolvimentos, porque "não é admissível que os utentes continuem sem médico de família, com redução dos horários dos serviços de urgência e, por vezes, até sem a existência dos mesmos". -----

Reclamou solução rápida para os problemas na N313, nomeadamente quanto à perda de "prioridade sobre arruamentos e caminhos secundários devido à falta de sinalização" que tem provocado bastantes sinistros, por vezes com consequências graves. -----

Criticou a falta de representação de Armamar (empresas ou produtos) em Santarém, na Feira Nacional da Agricultura. -----

Pediu "bom senso" na gestão da piscina municipal coberta, porque se o ginásio fecha só durante 1 mês, "com alguma boa vontade" poderia haver forma de não privar, os utilizadores durante 3 meses e meio, dos serviços. -----

Manuel Paiva, fez a seguinte intervenção (que se transcreve): -----

"Relativamente ao Tribunal Judicial de Armamar, ainda bem Sr.º Presidente que falou no assunto, já certamente a prever que eu iria voltar à carga e, quando nós dizemos a pedido da CDU em Armamar e dos deputados do PCP, estou mesmo a dizer a pedido da CDU de Armamar. Fui eu o próprio depois da assembleia municipal de fevereiro que liguei a uma colega minha deputada pelo círculo do Porto a perguntar ao grupo parlamentar do PCP se já tinham abordado a questão, se iriam requerer ou não a apreciação parlamentar. A resposta em fevereiro foi que o assunto ainda não tinha sido discutido mas quando houvesse mais informações, ser-me-iam ser comunicadas e assim foi. No dia em que o decreto-lei foi publicado em Diário da República, o grupo parlamentar do PCP, obviamente que não podem ser os eleitos locais a pedir qualquer tipo de apreciação na Assembleia da República, pediram a apreciação parlamentar do diploma e ele foi discutido, como o Sr.º Presidente disse e muito bem, a 2 de maio. Tal como previa, todos os deputados do PSD e do CDS-PP votaram a favor do encerramento dos tribunais. Os 5 deputados do PSD e 1 do CDS-PP, eleitos por Viseu, votaram a favor do encerramento do Tribunal Judicial de Armamar, mesmo aqueles que deram a garantia ao Sr.º Presidente que iriam votar contra. Que vergonha! Que falta de coerência e personalidade! Em Armamar dizem que estão contra e em Lisboa votam a favor do encerramento. Para estes deputados é mais importante a obediência cega ao

governo do que defender os interesses de quem os elegeu. Não deveriam estes deputados zelar pelo interesse das regiões pelas quais foram eleitos? -----

Os eleitos locais da CDU e os deputados do PCP tudo fizeram para impedir o encerramento do Tribunal Judicial de Armamar e até deram uma oportunidade ao PSD e ao CDS-PP de corrigir um erro da Sra. Ministra da Justiça e do Governo, mas não a aproveitaram. Assim, a responsabilidade do encerramento do Tribunal Judicial de Armamar não é só da Sra. Ministra da Justiça como aqui foi dito, é também do Governo e de todo o PSD e CDS-PP. -----

Srs deputados perdoem-me esta falta de tolerância com determinadas situações mas há limites para tudo. Não é que no dia a seguir à votação na Assembleia da República o deputado do CDS-PP, eleito por Viseu, tem a distinta lata de ir a Tabuaço dizer que estava preocupado e estava contra o encerramento do tribunal e que tudo iria fazer para manter o tribunal em Tabuaço. No dia anterior vota contra, no dia a seguir vai a Tabuaço dizer à população que afinal vamos ver o que é que podemos fazer, vamos tudo fazer para manter o tribunal. Mas afinal em que é que ficamos? Perdoem-me esta falta de paciência para este tipo de coisas. -----

Relativamente à Repartição de Finanças, quero perguntar ao Sr.º Presidente se já há alguma decisão definitiva. Já reuniu com alguém do Governo, como disse que ia acontecer? Qual vai ser o futuro da Repartição de Finanças e de outros serviços públicos de Armamar? -----

A proposta que eu conheço para alguns municípios é a concentração de serviços num único espaço e não sei se essa será a melhor solução, nem sei qual é a opinião do executivo acerca desta matéria. -----

Relativamente à falta de médicos em Armamar, passados dois meses desde a última Assembleia Municipal, o Centro de Saúde de Armamar continua com falta de médicos, sobretudo depois da aposentação da Dra. Lurdes. Continua a não haver serviço de urgências durante a noite e aos fins-de-semana. Se o problema já era grave, agora está pior, uma vez que alguns médicos começaram a entrar de férias e como todos sabem, é durante esta época do ano em que Armamar recebe mais gente. Sr.º Presidente o que fez nestes últimos 2 meses para tentar resolver o problema? O Sr.º Presidente, como porta-voz número um deste concelho, não pode assistir a tudo isto em silêncio. Não se pode fazer de conta que está tudo bem em Armamar. É necessário falar dos problemas, é necessário pressionar quem decide, é necessário uma voz mais ativa na defesa de Armamar e dos Armamarenses. Se estivermos à espera que os problemas se resolvam

sozinhos, ou que outros os resolvam sem nós fazermos nada, eles não se vão resolver. - Sras. e Srs. deputados, sabem o que me custa mais no meio disto tudo, é saber que este problema da falta de médicos só ainda não foi resolvido por querelas partidárias entre o PSD e o PS. O que custa mais é saber que alguém poderá necessitar de assistência médica e não a ter e tudo por disputa de lugares entre o PSD e PS, o que é lamentável. - Sobre as comunicações móveis, Sr.º Presidente quando é que o sinal de telemóvel das principais operadoras é aumentado? Como sabe nem todas as freguesias têm sinal de rede de telemóvel e aquelas que têm não tem qualidade suficiente sobretudo no serviço de internet via telemóvel. -----

Para quando a fibra ótica em Armamar? -----

Para quando a internet gratuita em alguns pontos da vila de Armamar e em algumas freguesias? -----

Sobre o relatório de desenvolvimento económico e social, na última sessão da Assembleia Municipal, o Sr.º deputado Hernâni Almeida, referiu que no ranking de desenvolvimento económico, publicado pelo Jornal de Negócios, Armamar ocupava o 2.º lugar no distrito de Viseu. Peço ao Sr.º Deputado que me faça chegar esse relatório, uma vez que o que consta do último relatório sobre o desenvolvimento económico e social é que Armamar, no ranking concelhio, ocupa a posição 256 em 308 concelhos. Quer isto dizer que, com pior desenvolvimento social e económico, ou seja, com pior qualidade de vida, só existem 52 concelhos pior do que Armamar. Todos os concelhos vizinhos estão melhor posicionados nesse ranking. E dou alguns exemplos: Moimenta da Beira está 27 posições acima de Armamar, Tarouca está a 46 posições acima de Armamar, já para não falar Régua, Lamego que ainda estão mais para cima. Quando foi dito que Armamar ocupa o 2º lugar em termos distritais neste indicador, gostava que me fizesse chegar esse relatório, porque o que eu tenho está aqui na íntegra e não contém esses dados, constam sim os dados que eu acabei de citar." -----

O presidente da câmara municipal, disse o seguinte: -----

Todas as semanas fala com os responsáveis pela Saúde, seja a nível local ou a nível nacional, porque o problema da falta de médicos não é só de Armamar, mas também do Douro-Sul. O problema é sério, tem-nos preocupado e não temos sido condescendentes, muito menos porque a disputa de lugares políticos está a prejudicar a resolução. Os autarcas têm reunido, discutido o assunto e, porque nos foi solicitado, propusemos candidatos a ocupar o cargo de diretor executivo do ACES Douro-Sul, não

aceites pelo presidente da ARS Norte. No entanto, demos a data limite, de 15 de julho, para o assunto ter o desfecho. Caso não aconteça, será pedida a sua demissão, junto do seu representante no ACES Douro-Sul e serão tomadas outras medidas. -----

O levantamento das falhas de sinalização na N313 está feito e serão corrigidas. -----

Armamar fez-se representar na Feira Nacional da Agricultura, no dia 10 de junho, com 2 produtores de vinho, os únicos que se inscreveram para o efeito. Esta participação foi viabilizada no âmbito da adesão à Associação de Municípios Portugueses dos Vinhos. ----

Não obstante perceber a associação feita entre o ginásio e a piscina coberta, do ponto de vista dos custos de funcionamento, não há paridade. A água nos tanques tem que estar a determinada temperatura e não se atinge imediatamente. Colocar o equipamento nas condições ótimas de funcionamento é bastante oneroso, mantê-las é igual. Ficaria ainda mais dispendioso se o processo e a despesa fossem só para permitir utilização residual. -----

Há condições para garantir que em Armamar não encerram mais serviços. Poderá haver reorganização, concentração, dentro da lógica de Loja do Cidadão, com o ganho de alguns, novos, como por exemplo os relacionados com a carta de condução. Interessa nada mais perder e, na medida do possível, defender a permanência dos postos de trabalho criados. -----

Foram estabelecidos contactos com 3 operadoras de rede móvel, havendo manifestação de vontade por parte da Vodafone. -----

Caso nada haja em contrário, até 31 de dezembro deste ano, a fibra ótica estará totalmente disponível. -----

Joaquim Duarte, fez a seguinte intervenção (que se transcreve): -----

"De pessoas com influência gostamos nós. De pessoas que autos proclamam a sua influência, também gostamos nós, ou fazemos por gostar. Obviamente são sempre pessoas importantes, e quando apregoam esta influência mais importante se tornam, mesmo que às vezes seja um pouco difícil de compreender, mas isso já dizia Frei Tomás. Escreve-se num Boletim Informativo que "por proposta da CDU em Armamar, os deputados do PCP, no dia 2 de maio, propuseram na Assembleia da República a apreciação parlamentar do Decreto-Lei 49/2014". Apesar de uma leitura atenta, nada consta que o mesmo se refira somente a Armamar, até é bastante genérico. Ao contrário da petição do Partido Socialista em que vem lá Armamar referenciado e outros tribunais que o governo pretende encerrar. Mas é sempre bom sabermos que

temos armamarenses com influência, ainda mais de que gentes de concelhos do sul país. O membro municipal representante da CDU interrogava sobre o que se tinha feito com base numa intervenção em que afirmei " chegou a hora de darmos o grito de revolta", venho aqui informar, que a minha influência é muito mais diminuta, ou nenhuma. Contra o encerramento do tribunal limitei-me a escrever artigos para jornais de onde sou colaborador, publiquei artigos no meu blogue, apesar do mesmo de não ser de Armamar, divulguei nas redes sociais, e defendi sempre a minha posição contra o encerramento do tribunal, de forma livre, independente, ao mesmo tempo de outras ações desenvolvidas pelo senhor presidente da câmara e outros membros do executivo, bem como outros membros do PSD, opinião contrárias ao governo e aos deputados do PSD que deveriam honrar o distrito que os elegeram. Sim, contrárias, sei que é estranho esse comportamento, a quem está obrigado a obedecer aos ditames centrais. -----

Em relação ao grito de revolta, não o foi, mas poderia ter sido e também de homenagem aos mais de cinquenta milhões de mortos assassinados a mando de Estaline que morreram pela liberdade, não foi um grito de revolta, mas poderia ter sido, pelos milhares de mortos e presos políticos da Europa do Leste, nomeadamente na Primavera de Praga, na Polónia, na Hungria, na Roménia, na Bulgária, nos países bálticos, só por terem uma opinião diferente dos ditames das ditaduras comunistas. Não foi um grito de revolta, mas poderia ter sido pelos milhões de oprimidos em Cuba e noutros países de ideologia comunista. -----

Agora mudando de assunto. Morar em Armamar tem permitido constatar ao longo dos anos o excelente trabalho dos presidentes de junta de freguesia, tanto os atuais como anteriores, sempre zelosos pelo bem-estar dos seus concidadãos, sempre atentos a todos os pormenores que possam melhorar as povoações que administram. A eles, a minha sincera homenagem. -----

Olhando agora para o que aconteceu nestes últimos meses, não posso deixar de dar os parabéns, ao senhor Presidente João Paulo Fonseca e restante executivo pelo grande reforço da nossa auto estima e pelo desenvolvimento e concretização de ações que promovem o nosso concelho, o embelezam, o divulgam como por exemplo, as intervenções no programa Portugal No Coração, a comemoração dos quinhentos anos do foral, a banda de música de Armamar, o Florir Armamar, em conjunto com outras ações que nos captam atenção e nos dão gosto viver aqui. Saliento também que os alunos de Armamar estão a frequentar pela sétima vez a Universidade Júnior da Universidade do Porto, participação financiada pelo Município de Armamar. -----

São essas ações que valorizam o nosso concelho e de forma indelével vão contribuindo para outro olhar sobre Armamar, porque cada vez é mais notório o orgulho, o sentimento de pertença que as gentes de Armamar têm pelo seu concelho. -----
Por esse facto gostava de propor a realização de um congresso da diáspora armamarense onde se possa partilhar ideias, aglutinar sinergias e conjugar interesses. Ouvir os que estão fora é sempre positivo, porque discutir ideias pode ser o prenúncio de novos caminhos necessários a concretização de projetos que se podem revelar fundamentais para o nosso concelho." -----

Jorge Rodrigues, reforçou o sentido da sua intervenção relacionada com a presença de Armamar na Feira Nacional da Agricultura: "o maior concelho de produção de maçã do país não tinha uma maçã em Santarém", "outros concelhos vizinhos tinham permanentemente produtos da sua produção" em exposição, há produtores e associações que "deveriam ter feito mais a não ser uma excursão para irem a Santarém".

O **presidente da câmara municipal**, concordou, "a nossa representação devia ter sido feita de outra forma". Faltou "atitude" a algumas associações do concelho. Não compete à câmara municipal "fazer tudo, nem tomar determinados tipos de iniciativas". "Gostava muito que a maçã de Armamar, sendo Armamar o maior produtor de maçã do país, tivesse representação permanente e ativa, com qualidade, mas isso deixo para quem de direito reflita", rematou. -----

Manuel Paiva, sobre o pedido de apreciação parlamentar (antes mencionado), tendo já explicado a sua influência e a da CDU no grupo parlamentar do PCP, afirmou nada mais falar. Quanto à liberdade de expressão, colocou algumas perguntas sobre a (in)ação dos deputados do PSD e do CDS-PP, relacionada com o encerramento dos tribunais, para devolver as acusações. Terminou, sugerindo que, quanto ao funcionamento interno dos partidos, só se deve "falar daquilo que se conhece". Sobre seu, disse que "é muito bem organizado e que funciona muito bem. Só não sabe ou só não conhece quem não participa nas suas acções. No entanto, eu só falo daquilo que conheço e aconselho-o também a falar só daquilo que conhece e do seu partido", concluiu. -----

Paulo Mendonça, pediu ao presidente da câmara municipal que dissesse quais os projetos estruturantes que foram enviados à CIM Douro, para integrar o estudo da equipa do Dr.º Augusto Mateus. -----

Presidente da Assembleia Municipal, relativizou a influência que Armamar possa ter sobre os deputados da Assembleia da República. Apelou ao pragmatismo na discussão dos assuntos. -----

Ricardo Fonseca, comentou a visibilidade de Armamar, a nível regional e nacional, constatando a existência de resultados positivos. Considerou "marco histórico" a apresentação da banda de música de Armamar e disse "ser motivo de orgulho" a congregação das pessoas em torno do projeto. -----

Saudou as "nossas gentes e a forma como elas se entregaram a representar as suas localidades" nas atividades das festas em honra de São João. Destacou a melhoria da qualidade e a "imagem fantástica do concelho" dada "numa noite difícil, com chuva". -----

Partindo da sua posição "terminantemente contra o encerramento do Tribunal Judicial de Armamar", repudiou "a forma vil" como o assunto foi "tratado pelos deputados do círculo de Viseu", nomeadamente os eleitos pelo PSD e CDS-PP, "que andaram a dizer uma coisa num dia e outra coisa no dia a seguir". Por isso, se tiverem "um bocadinho de decoro e vergonha, nunca mais põem os pés em Armamar" enquanto tiverem assento na Assembleia da República. Na sua opinião, "foi de uma hipocrisia, todo o processo". ---

Quanto aos "rankings económicos de Armamar", afirmou que a intervenção de Manuel Paiva "deu-lhe razão" (com o relatório de desenvolvimento económico), tendo-lhe agradecido a "honestidade intelectual", demonstrando que Armamar não está no grupo dos 10 concelhos mais pobres do país. Assinalou a existência de 52 em pior lugar. Exortou as entidades a mobilizarem-se para não haver o desperdício de oportunidades como a Feira Nacional da Agricultura. É importante dar maior visibilidade à excelência dos produtos agrícolas oriundos de Armamar, afirmou. -----

O **presidente da câmara municipal**, salientou o desafio colocado por Joaquim Duarte, evento que a câmara municipal "teria todo o gosto" em possibilitar. -----

Quanto à dinâmica instituída, é "diferente", mas sempre com a finalidade de obter os melhores resultados para o município de Armamar, afirmou. -----

Apreciação da informação escrita, relativa à atividade do município e da situação financeira (cujo original passou a constituir o anexo I à presente ata); -----

Abertas as inscrições, nenhum membro usou da palavra. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

I

Análise e votação da ata da sessão anterior (cujo original passou a constituir o anexo II à presente ata) -----

O **presidente da câmara municipal**, chamou a atenção para a falta de algumas afirmações proferidas por Jorge Rodrigues, cujo registo deveria constar no teor da respetiva intervenção (página 14), nomeadamente quanto aos "compromissos de 15 milhões assumidos", cuja justificação da afirmação está por fazer e se espera que seja feita. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 3 abstenções (a saber: Paulo Mendonça, Paulo Proença e Rui Fernandes). -----

Proposta de fixação de taxa de imposto municipal sobre imóveis — IMI/2014 (cujo original passou a constituir o anexo III à presente ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra: -----

Rui Fernandes, quis saber porque é proposta a taxa de 0,35% (em detrimento da taxa de 0,3%, a mínima), dado prever-se o aumento de receita, devido ao fim do regime salvaguarda e das isenções (de 8 e 10 anos). -----

Manuel Gaspar, defendeu a fixação da taxa em 0,3%, mas porque o "IRS vai baixar, vai fixar-se na taxa de 0%", subscreve a proposta (tendo presente a necessidade de equilíbrio e bom senso nestas matérias). -----

O **presidente da câmara municipal** lembrou a adesão do município de Armamar ao PAEL II e a falta de números exatos sobre a receita futura (proveniente do IMI), para explicar a manutenção da taxa (cujas recomendações sugeriam o aumento). -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 20 votos a favor e 2 contra (a saber: Jorge Rodrigues (PS) e Rui Fernandes). -----

Participação variável no IRS dos rendimentos de 2015 (cujo original passou a constituir o anexo IV à presente ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra: -----

Paulo Proença felicitou o executivo pelo facto de ter abdicado da percentagem relativa à taxa de IRS à qual tinha direito. -----

Frisou que o Município fica com margem de ação face à adesão ao PAEL. Mencionou que, ao abrigo da lei, a câmara municipal não se encontra obrigada a fixar taxa máxima e que essa situação não seria justa para os munícipes. Mas é necessário reunir esforços para que esta medida seja salvaguardada. -----

Questionou, ainda, o Presidente face ao tema da execução orçamental e a ressalva dos municípios, apontando para os dados económico-financeiros. -----

Manuel Paiva frisou que o partido da CDU insistiu para que a taxa de IRS baixasse. Num primeiro momento passou de 5% para 3%, seguida de 2% e para 1% no passado ano. A Câmara Municipal adquire maior receita e por outro lado quem possui domínio fiscal, em Armamar, adquire vantagens. Desta forma, o executivo devolve o que era dos contribuintes, cerca de 75mil euros face à taxa de 5%. Uma medida benéfica e que deveria ser divulgada de forma a captar um maior número de domínios fiscais, sejam ou não naturais do município, residam ou não em Armamar. -----

O **presidente da Câmara Municipal** agradeceu as palavras dirigidas ao executivo. Fez saber que a medida é duradoura explicando que o executivo, em sede de IRS, é cauteloso, assegurando a situação que decorre como o esperado em sede de execução orçamental. Reforçou que a medida é definitiva e que uma vez eleitos devem gerir com rigor e sinceridade o Município. -----

Dirigiu-se ao membro da CDU, garantindo que o autor da proposta de abdicação da taxa de IRS pertence ao atual executivo. -----

Ricardo Fonseca enalteceu a medida explicando que não se trata de algo eleitoralista uma vez que não se encontram em época eleitoral. Referiu que se trata de uma medida acertada, como referido pelo membro da CDU, para quem gosta, vive e trabalha no Município. Mesmo os que aqui não vivem dão o seu contributo através do imposto do IRS. -----

Felicitou o executivo uma vez que prescindiu das verbas e por terem tomado esta decisão numa fase de acalmia política. -----

Joaquim Duarte, felicitou os intervenientes nesta medida, salientando a sua importância em termos de fixação de pessoas. Contudo, refere que talvez faça sentido fomentar a justiça social, de forma a não afetar o equilíbrio financeiro por falta de pagamento de imposto. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 21 votos a favor e 1 contra (a saber: José António, presidente da junta de freguesia da União de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião. -----

Derrama a liquidar em 2015 (cujo original passou a constituir o anexo V à presente ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra: -----

Paulo Mendonça explica que os municípios podem deliberar e lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC). -----

Refere que é, ainda possível lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, que não ultrapasse 150.000€. ---

O executivo propõe uma taxa de derrama de 1,35% para os sujeitos com volume de negócios superior a 150.000€ e 0,5% para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a este limite. Tendo em conta que, em 2013, a receita cobrada líquida proveniente da derrama rondou os 3 1.000€, não se verifica grande impacto nas contas do Município. -----

Garantindo que em 2013 vários Municípios do distrito de Viseu não aplicaram qualquer taxa e que tornaram isentos os sujeitos passivos com volumes de negócios de 150mil euros, questionou o Presidente da Câmara Municipal face à criação de uma medida semelhante. Ou seja, se seria vantajoso a nível de investimento no concelho tornarem isentos os sujeitos passivos que não tivessem um volume de negócio superior a 150 mil euros. Ao mesmo tempo seria reduzida a taxa normal para valores inferiores de forma a não prejudicar quer as empresas que estão associadas no concelho quer futuras empresas que venham a querer sediar por via desse motivo. -----

Rui Fernandes mencionou que é possível arrecadar-se mais receita e, de forma justa, fixando uma taxa de 1%. A taxa única incide sobre o lucro e não sobre o volume de negócios que as pessoas possam movimentar. Esta situação só faria com que as pessoas incidissem mais no investimento. Ao termos lucro torna-se preferível investir e dar desenvolvimento à empresa ao invés de apresentar lucro e pagar taxa de derrama ou outros impostos. -----

Ao passar a derrama de 1,35% para 1% seria captada a atenção de empresas a sediar no Município. Às empresas que pagam taxa de derrama, de baixo valor como afirmou o membro da assembleia, devido ao volume de negócios e não pelos lucros tributários, deveriam ver fixada a taxa de 1 %, dando resposta à questão acerca de justiça social. ----

O ideal seria passar para os 0%. Embora se saiba que o Presidente alegaria que, face ao PAEL e à falta de receita, não seria possível. Contudo, afirma que face aos estudos realizados e fixando a taxa a 1% seria possível arrecadar mais receita e maior justiça social no que toca às empresas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que se fala em cerca de 31 mil euros de receita de derrama. Este ano, e segundo projeções, o pagamento de derrama e a cobrança rondará os 92 mil euros. Cerca de 65% dos 31 mil euros são pagos pela Caixa Agrícola de Armamar, Tabuaço Douro. Restam sete empresas tributadas a 1,35% e aqui a maior parte paga cerca de 200 euros de derrama. -----

Depreende-se que não são valores como estes que possuem ou não influência na fixação ou na atração de investimentos. Desta forma, a não alteração destas taxas está também relacionada com o PAEL e com o cuidado a nível de impostos. -----

Alertou para os cerca de 90 mil euros a receber da empresa de parques eólicos do Douro Sul com sede no Município de Armamar. É espectável o dobro da receita uma vez que este ano a empresa gerou lucro. Este ano, encontramos-nos em fase de amortização de investimento e desse modo o que é tributado é-o à custa destas receitas. É inoportuno alterar estas taxas no futuro. Quanto ao IMI, é necessário perceber quais as receitas disponíveis no município e a partir daí ajustar as taxas, pelo menos a mínima, ou até extingui-la. -----

Manuel Paiva questiona o porquê da definição das taxas surgir na assembleia de junho, quando o normal seria em setembro ou novembro. -----

Na opinião da CDU a taxa de derrama devia ser isenta para as empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150 mil euros. Defendem ainda que as empresas, que fixem o seu domicílio fiscal e que criem novos postos de trabalho, devem ter isenção de derrama durante um período a definir pela assembleia ou pelo executivo. Seria satisfatório que os novos investimentos, a partir da criação de emprego, tivessem 2 ou 3 anos de isenção de taxa de derrama. Esta seria uma medida capaz de atrair mais empresas para Armamar, dar mais emprego à população de forma a contribuir para a sua fixação no concelho. O problema agrava-se quando o assunto é a desertificação. Torna-se fundamental fazer-se algo, captando investimento para que se criem postos de trabalho. Na opinião dos membros da CDU o período de isenção temporário seria uma medida concreta. Se não existisse taxa reduzida as pequenas empresas, que atravessam dificuldades, e que chegam a encerrar portas porque não têm condições financeiras, teriam o caminho mais facilitado. A criação de mais um imposto municipal complicar-lhes-ia a vida, tendo em conta a conjuntura que atravessamos. -----

Este partido não concorda com a taxa única pois entende que as empresas que atravessam períodos de dificuldade apenas iriam pagar o dobro do imposto, caso se

optasse pela taxa de 1%. Desta forma, as empresas que pagam uma taxa de 0,5% devem passar a 0% e as grandes empresas que, segundo o Presidente, são sete e possuem condições financeiras, devem pagar a taxa de 1,35%. -----

Ricardo Fonseca afirmou que situações como esta devem ser abordadas de forma séria e, é isso que tem acontecido. -----

Sabe-se que ao falarmos na captação de investimento externo, existem municípios que possuem uma taxa de 0% e não é desta maneira que captam investimento. Relembra aos membros da assembleia que o mais eficaz seria convencer os empresários que possuem negócio em Armamar, que lucram, gerem receita e não pagam impostos. -----

Conclui-se que o problema ultrapassa a captação de investimento, até porque se sabe que esta situação implica uma série de fatores que podem ou não ser dominados. -----

Desta forma, seria necessário que o executivo sensibilizasse as pessoas que retiram os dividendos de Armamar. Este é o desafio colocado e o mais eficaz independentemente da medida adotada. -----

O presidente da Câmara Municipal afirmou que iria procurar perceber qual a realidade em termos de números e receita de modo a saber se no próximo ano e subsequentes seria possível passar a taxa mínima a 0%. -----

É notório que as grandes empresas geram lucros elevados e que certamente têm mais capacidade para pagar estes impostos. Assim, a possibilidade de ser criado um período de isenção de taxas para que a criação de empresas e postos de trabalho em Armamar, parece acertada. -----

Face ao que foi dito pelo membro da assembleia, cabe ao presidente dizer aos empresários que retiram proveito económico-financeiro de Armamar que devem ser os primeiros a fixar a sede de empresa. E, este é de facto um trabalho que compete ao executivo que fará tudo para os convencer a voltar ou para que em termos fiscais passem a sua sede para o Município. -----

Rui Fernandes dá a conhecer que nunca teve intenção de referir nomes de empresas perante a Assembleia. Contudo, aproveita o facto de a Caixa Agrícola ter sido nomeada pelo Presidente para afirmar que a receita gerada por esta empresa é entregue na sede fiscal em Tabuaço. Em resposta ao membro de assembleia Manuel Paiva, afirma que as empresas com dificuldades não geram lucro e desta forma não pagam derrama. -----

Ausentou-se Jorge Rodrigues -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 16 votos a favor, 2 votos contra (a saber Manuel Paiva e Rui Fernandes) e 3 abstenções (a saber Paulo Proença, Paulo Mendonça e Rui Soares). -----

Autorização de encargos financeiros plurianuais (cujo original passou a constituir o anexo VI à presente ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra: -----

Paulo Mendonça fez a intervenção, que se transcreve: -----

"Por força das circunstâncias profissionais e académicas, tenho vindo a realizar alguns trabalhos sobre o setor das águas, saneamento e resíduos sólidos urbanos, nomeadamente ao nível da fundamentação económico-financeira dos preços, taxas e tarifas municipais e do apuramento de custos para reporte à ERSAR. -----

É, sem dúvida, um setor complexo, que tem gerado bastantes problemas para os Municípios, principalmente porque existe um desajustamento entre as tarifas praticadas e aquelas que deveriam na realidade vigorar, a par de uma gestão, muitas vezes, pouco eficiente destas atividades. -----

Tudo começa no início dos anos 2000, quando a maioria dos municípios da Região entrega a gestão em alta à ATMAD, comprometendo-se a pagar um determinado valor por cada M3 de água adquirida em alta e a pagar uma quantidade mínima de consumo, mesmo que não fosse atingido esse consumo, pressupostos, estes, necessários para a ATMAD ter viabilidade económico-financeira assegurada. -----

Estou convicto que, a esmagadora maioria dos municípios não fez qualquer tipo de análise sobre o impacto que esta situação teria para as contas municipais e para os seus munícipes, sendo que, em resultado, muitos municípios tem, atualmente, elevados montantes em dívida à ATMAD, como é o caso de Armamar. -----

No final de 2013, o município de Armamar apresentava um valor em dívida de 776.655,00€ à ATMAD. -----

Verifica-se que o município de Armamar reconhece, à data, cerca de 501.000€ de valor em dívida. Neste sentido, gostaria que o Sr.º Presidente da Câmara explicasse: -----

- A que se deve a divergência de valores entre o Município e a ATMAD? -----
- Quais as garantias de que o Município cumprirá os pagamentos daqui por diante, não acumulando mais dívidas e juros desnecessários? -----

E, também, importante, se o executivo já tem alguma posição sobre a entrega do serviço em baixa às ATMAD, isto porque, e para quem não sabe, essa entidade tem uma proposta em cima da mesa para ficar com o serviço em baixa, isto é, deixará de ser a autarquia a gerir e a explorar os serviços junto dos consumidores finais e passará ela. Uma das primeiras consequências será um aumento das tarifas praticamente para o dobro ou mais portanto é aqui algo delicado e mesmo eu reconheço pessoalmente que é algo que é preciso definir muito bem e sobre isto também perguntava se tem algum estudo realizado onde seja possível verificar qual o custo real deste serviço para o município e se á alguma visibilidade de ser mais vantajoso mesmo tendo que aumentar um pouco as tarifas a câmara a continuar a explorar sem ter que passar o serviço para a ATMAD e os consumidores pagarem taxas elevadíssimas que ao fim de alguns anos poderão atingir valores próximos da eletricidade." -----

Manuel Paiva perguntou porque "volta novamente a esta assembleia mais um plano de regularização de dívida" e se "a taxa de juro é o único motivo". Considerou o montante a pagar elevado, "a câmara municipal não fez os pagamentos devidos na altura certa, durante muito tempo". Disse esperar que ela "honre os seus compromissos e que cumpra na íntegra o plano". Discordou do teor da cláusula 4.a, porque o eventual "incumprimento pontual ou continuado" ameaça "hipotecar uma parte da receita da autarquia", daí não "votar a favor". -----

O presidente da câmara municipal fez os seguintes esclarecimento: -----

As divergências entre os débitos reconhecidos pelo Município e aqueles que a AMTAD reclama, estão relacionadas com os consumos mínimos e com o tratamento de águas residuais, quando está em causa o encargo proveniente do processamento da água da chuva. -----

Está a ser cumprido, escrupulosamente, o plano de pagamentos à AMTAD, ao abrigo do anterior acordo. -----

Armamar não vai aderir ao processo de verticalização e parece que os demais municípios do Douro-Sul também não. A CIM Douro encomendou estudo sobre a matéria, abrangendo todos os municípios que a compõem, para se perceber "quanto vale o negócio, o valor das infraestruturas e as alternativas". -----

O Acordo de Transação é financeiramente mais vantajoso que o anterior porque a taxa de juro se reduz para metade e não há alterações do prazo. -----

O teor da cláusula 4.a não constitui problema porque as receitas provenientes do fornecimento de água, do saneamento e da recolha do lixo, estão consignadas aos pagamentos dos respetivos prestadores desses serviços. -----

Ricardo Fonseca exortou a câmara municipal a negociar e renegociar, para obter as melhores condições. Deu-lhe os parabéns porque "baixar metade de uma taxa de juro é obra" e afirmou que gostaria de ver o mesmo resultado noutros domínios. -----

Quanto ao teor da cláusula 4.º do Acordo de Transação, diz-se preocupado com a possibilidade de poder servir de pretexto para eventual ação judicial (por parte da ATMAD). Por isso, propõe a irradicação da menção "pontual", passando a admitir-se, implicitamente, as consequências de eventual incumprimento continuado. -----

O **presidente da câmara municipal** recentrou o debate no assunto objeto da deliberação e comprometeu-se a contactar a AMTAD, para lhe dar conta da vontade de alterar a cláusula 4º. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 15 votos a favor e 7 abstenções (a saber: Manuel Paiva, Jorge Rodrigues, Rui Fernandes, José António, Rui Costa e Paulo Mendonça). -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e ulteriores alterações, o presidente da assembleia municipal, procedeu à leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Faltaram à primeira e única reunião da sessão de junho: Hernâni Almeida, Maria dos Prazeres, Rui Gaspar e os presidentes de junta de freguesia de Fontelo, Santa Cruz e São Martinho das Chãs, respetivamente, Luís Rodrigues, Sara Gouveia e Sérgio Silva. --

Forma de Votação -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada às 14.00 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 5-AI2002, de 11 de janeiro. -----